

A excelente acolhida do meio acadêmico à chamada da *RBI* para o número especial demonstra a importância do tema Política Industrial e Inovação e a oportunidade de seu debate num veículo especializado como esta revista. Para nossa satisfação, o número de submissões superou as melhores expectativas. Foram submetidos 36 artigos de um conjunto de 83 autores, abrangendo 25 instituições de cinco países. Os detalhes sobre a avaliação e os resultados finais do processo competitivo de seleção de artigos que compõem este número especial da *RBI* encontram-se na página da revista (<http://www.ige.unicamp.br/ojs/rbi/announcement/view/24>).

Quando a editoria da *RBI* escolheu o tema Política Industrial e Inovação para o número especial, a intenção era estimular o debate sobre esse assunto em termos tanto teóricos quanto aplicados, estes últimos referidos às recentes contribuições sobre experiências da chamada “nova política industrial” dos países desenvolvidos e emergentes e às políticas aplicadas no Brasil desde o início dos anos 2000. A relevância desse debate, a nosso ver, torna-se evidente diante dos modestos resultados alcançados pelas políticas industriais e de inovação do Brasil, nesse período, e, mais ainda, diante das transformações tecnológicas e estruturais que têm impulsionado a indústria mundial em direção ao limiar de uma nova era, muito mais avançada em termos tecnológicos, organizacionais e estruturais. Isso significa que a fronteira tecnológica que perseguimos se desloca celeremente, o que aumenta muito os desafios teóricos e práticos para conceber e implementar políticas industriais e de inovação que coloquem o país na trilha de um novo desenvolvimento industrial e tecnológico.

Nossas expectativas quanto a estimular o debate tanto teórico quanto aplicado foram satisfeitas, embora nenhum trabalho puramente teórico tenha sido submetido. Todos os artigos selecionados, assim como a maior parte dos submetidos, têm como referência o caso brasileiro. Embora tenham sido abordadas questões teóricas, tais como a economia política de política industrial, problemas de coordenação e de articulação institucional, orientação estratégica das políticas, e distância da fronteira tecnológica e competitividade, elas tiveram como referência aspectos específicos da política industrial e de inovação do Brasil. Questões sistêmicas e seus impactos

sobre produtividade e competitividade também foram tratadas, mas ficaram em um plano menos destacado.

Os oito artigos selecionados para compor este número especial envolvem um conjunto bastante diversificado de temas relacionados a política industrial e inovação, cujas análises abrangem desde o plano geral, inclusive com comparações internacionais, até os planos setorial, regional e de atividades específicas. Discute-se a política industrial com foco na inovação, analisando as relações entre política industrial, acumulação de competências tecnológicas e competitividade internacional; os efeitos de programas de apoio e de subvenção governamental a atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas empresas; a necessidade de orientação estratégica dessas políticas tendo em vista a ascensão chinesa; a sobreposição entre políticas industriais nacionais e regionais; a economia política da política industrial, no caso específico da Lei de Informática; a falta de coordenação entre diferentes políticas, no caso da indústria de agrotóxicos; e uma nova abordagem metodológica para identificar o conteúdo tecnológico e inovativo em *software*. As principais contribuições de cada artigo são destacadas a seguir.

O primeiro artigo, intitulado “Política industrial como política de inovação: notas sobre hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil”, mostra que a existência de um grande hiato tecnológico entre o Brasil e alguns países selecionados, sobretudo em setores de alta e média-alta intensidade tecnológica, advoga em favor de uma política industrial ativa, que seja capaz de promover a construção de capacitações tecnológicas entre os agentes privados. Segundo os autores, a política de inovação recente no Brasil não tem sido eficaz no provimento de insumos para inovação e na geração de estímulos capazes de influenciar as decisões empresariais de gasto em inovação. Em seguida, o artigo “Does governmental support to innovation have positive effect on R&D investments? Evidence from Brazil” mostra que o apoio governamental ao investimento em P&D não afeta os gastos privados em P&D das empresas no Brasil. Essa conclusão se apoia no uso dos microdados da Pintec de 2005 e 2008, indicando que o apoio governamental tem sido direcionado para iniciativas governamentais que teriam ocorrido mesmo sem a interferência das políticas, o que aponta para um problema no foco da política de inovação brasileira do período recente.

No terceiro artigo, “Programas de subvenção às atividades de PDI: uma comparação em biocombustíveis no Brasil, EUA e Europa”, são analisadas as políticas de apoio ao desenvolvimento tecnológico na área de biocombustíveis, comparando-se o programa brasileiro de subvenção econômica com os dos Estados Unidos e da

Europa. Os resultados do trabalho apontam para os avanços verificados no programa brasileiro de subvenção à área de biocombustíveis, especialmente no que se refere à coordenação das principais instituições envolvidas, à integração dos instrumentos financeiros e à mobilização orçamentária sob o mesmo foco temático. Porém, o estudo mostra também que, em comparação com as experiências internacionais, algumas características das políticas brasileiras requerem aperfeiçoamento, como a definição mais clara de metas a serem cumpridas pelos beneficiários, a determinação de mecanismos de recompensa aos agentes privados, a necessidade de inserção dos programas de subvenção em planos estratégicos de desenvolvimento e o estabelecimento de mecanismos de estímulo à cooperação com instituições de pesquisa. Já o artigo intitulado “A ascensão da China e seus reflexos no Brasil: fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento” analisa os fundamentos da estratégia nacional de desenvolvimento da China e seus impactos sobre a organização da economia mundial, de modo a discutir lições que podem ser aprendidas para o caso brasileiro. Entre elas, o trabalho evidencia a dificuldade encontrada no Brasil em definir uma estratégia de articulação dos atores institucionais e empresariais, que seja capaz de promover o crescimento industrial necessário ao desenvolvimento e ao alinhamento da economia brasileira à dinâmica competitiva contemporânea, marcada pela internacionalização da produção e pela formação das cadeias globais de valor.

O tema do quinto artigo, intitulado “Política industrial e desenvolvimento regional: convergência entre a Política de Desenvolvimento Produtivo, Brasil Maior e o Polo Industrial de Manaus”, é a relação entre política industrial e desenvolvimento regional. O texto focaliza a análise no Polo Industrial de Manaus, cujas atividades vêm sendo objeto de políticas industrial e de desenvolvimento regional, sem no entanto promover o enraizamento local de atividades produtivas e, sobretudo, tecnológicas. A política de informática é o objeto do artigo subsequente – “A política da política industrial: o caso da Lei de Informática”, que aborda o papel dos grupos de interesse envolvidos na conformação do desenho da Lei de Informática no Brasil. Discute-se de que forma um conjunto de distorções, associadas sobretudo aos interesses desses grupos, impede que a política de incentivos seja capaz de alcançar resultados mais expressivos no campo do desenvolvimento produtivo e tecnológico das empresas no Brasil.

O sétimo artigo, “A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil”, trata de uma política setorial importante para o Brasil: a política para a indústria de agrotóxicos. O texto analisa a política de apoio ao setor no Brasil e destaca a existência de uma oportunidade de coordenação das ações, por meio do

processo de avaliação dos pleitos de registro dos produtos, de modo que seja capaz de promover e combinar condições de sustentabilidade e de competitividade, tendo como foco o estímulo à inovação tecnológica. Por fim, o artigo “Políticas públicas para inovação em *software*: uma abordagem via formação de competências”, também analisa uma política setorial: um instrumento criado para a política de inovação em *software*. É apresentada uma abordagem metodológica, que foi desenvolvida no Brasil, para avaliar e certificar *software* resultante de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país. São mostrados, ainda, os principais resultados da aplicação dessa metodologia em um conjunto de empresas brasileiras de *software*.

Completa este número especial uma resenha de um livro cujo tema se encaixa perfeitamente na discussão do tema política industrial e inovação: *The Entrepreneurial State: debunking public vs. private sector myths*, de Mariana Mazzucato. A resenha, elaborada por Janaina Oliveira Pamplona de Costa, Sandro Mendonça e André Luiz de Campos, destaca de forma bastante didática as principais contribuições do livro para o entendimento do papel ativo dos Estados nacionais nas economias modernas, sobretudo nas atividades de inovação, em contraponto às visões liberais predominantes.

Boa leitura!

*Wilson Suzigan*, editor.

*Renato Garcia*, editor adjunto.